

# **SOB O SIGNO DA ENTROPIA**

Francisco Oneto Nunes\*

## **NOTAS DE ANTROPOLOGIA MARÍTIMA**

\*ISCTE-IUL – Deptº de Antropologia

Cumprindo tardiamente a promessa - num tempo marcado pela tristeza de vivermos no país em que Camões morreu de fome e todos querem encher a barriga de Camões (Almada Negreiros) - dedico este texto à memória de António José Macedo (1964-2010), destacado dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Pescas do Norte, o mais tenaz e solidário defensor das gentes do mar de toda a região norte, de Aveiro a Matosinhos; incansável mediador que teve o mérito de conseguir estabelecer diálogos profícuos com todos os intervenientes posicionados no setor da pesca, tanto ao nível da organização do trabalho, como na gestão política e, também, no plano dos processos de produção de conhecimento, tendo dado um contributo inestimável para o avanço legislativo referente a algumas das mais emblemáticas modalidades de pesca artesanal da região centro e norte do país. Sempre atento aos direitos e aos deveres dos homens e

das mulheres empregues nas companhias, liderou as grandes batalhas pela regulamentação da arte xávega, dando voz aos pequenos armadores, contactando deputados de várias bancadas parlamentares, académicos e jornalistas. Foi ele que, em meados da década de noventa, me encontrou desesperado face à desconfiança dos patrões das companhias do Furadouro (que julgavam que eu era um oficial de finanças disfarçado para os prejudicar) e me levou à comunidade piscatória da Praia de Esmoriz, onde tive o privilégio de ser acolhido fraternalmente e de conhecer alguns dos mais prestigiados e valorosos arrais da arte xávega que se pratica em praias de Portugal. Militante do Partido Comunista Português desde os 14 anos, o Tózé foi um exemplo de entrega e de abnegação, dando voz aos clamores de justiça dos mais explorados entre os explorados: os trabalhadores do mar. Até sempre amigo!

«Sendo Portugal um país de costa, terra que o oceano embala, raras são na nossa literatura as obras que tratam do mar e dos seus homens, os pescadores. Porquê?»

(Raul Brandão, História do batel Vai com Deus e da sua companhia, 1901)

Afirmei anteriormente que a repetida constatação de um déficit de trabalhos de pesquisa sobre o mar e os pescadores tende a tornar-se um lugar-comum propedêutico das modernas abordagens antropológicas aos universos piscatórios nacionais. Reatualizando o mito (Nunes 2006, 2008), verifiquei então, não sem alguma surpresa, que o problema não parece ser especificamente português. A avaliar pelo panorama das vizinhas Espanha e França – que, ao longo de vários séculos, foram duas grandes potências marítimas e de fortes tradições navais e haliêuticas – não é de crer que Portugal constitua um exemplo isolado no quadro europeu, pois também nestes países é reportada exatamente a mesma ausência (por exemplo, Pascual Fernández 1999, Péron 1994). Depois, ainda com maior surpresa, dei conta do mesmo tipo de registo noutros contextos. Assim, o cenário repete-se do outro lado do Atlântico, no Brasil (Laraia 1994: 9) e, curiosamente, até mesmo no âmbito do mainstream disciplinar britânico, aquele que é tido como um dos textos fundadores da Antropologia Marítima – a monografia de Sir Raymond Firth sobre os pescadores malaios, de 1946 – acusa idêntico déficit: o estudo das pescarias nas regiões tropicais, diz o autor, andava então negligenciado por cientistas e governos, a despeito do grande número de pessoas que nelas se ocupavam, comparativamente à agricultura (Firth 1971: XI).

Suspeito que esta intrigante recorrência não terá tanto a ver com a simples anotação do facto de que há na Antropologia Social e Cultural, efetivamente, mais investigação realizada sobre o mundo terrestre da caça-recolheção ou da agricultura, do que sobre atividades marítimas, navegação e pesca (o que, no caso português, facilmente se depreende do levantamento bibliográfico realizado por Benjamin Enes Pereira em 1965 e, também, de toda a produção disciplinar ulterior, ao longo das últimas quatro décadas) nem, tampouco, com a necessidade de avançar hipóteses e sugestões acerca das razões subjacentes a essa escassez, mas antes, com um conjunto de fatores mais abrangentes, profundos e complexos, em torno dos quais farei seguidamente um brevíssimo exercício de interpretação prospetiva.

Tal como propus num colóquio realizado no Museu Marítimo de Ílhavo no ano de 2007<sup>1</sup>, gostaria de sugerir que a ausência a que se refere esta recorrente constatação enunciada em diversos trabalhos de Antropologia Marítima pode ser adequadamente evocada através da parábola de Jorge Luís Borges, “A dádiva sem fim”. A ausência do quadro que um pintor entretanto falecido lhe prometera, no espaço vazio da parede, transfigurou-se numa presença «limitada, incessante, capaz de qualquer forma e qualquer cor» (1983).

Começaria por salientar que se pretendermos tomar como referência comparativa para esta tão denunciada escassez, a disponibilidade de trabalhos sobre, por exemplo, minas e mineiros (atividade de reconhecida importância histórica no nosso território), ou sobre a silvicultura e os trabalhadores florestais (e não é a floresta uma das maiores riquezas nacionais...?) ou ainda (porque não?) sobre a inequívoca importância social dos corpos de bombeiros, depararemos com um cenário francamente pior do que aquele que se refere à maritimidade e à pesca. Ou seja: se não nos reportarmos exclusivamente à existência de trabalhos com origem na corrente de produção disciplinar que dá expressão ao nosso campo do conhecimento, verificaremos rapidamente que a despeito do alcance, da extensão e do significado que decidirmos atribuir ao déficit efetivo de trabalhos académicos relativos aos universos piscatórios, a realidade histórico-sociológica da beira-mar é, contudo, suscetível de ser lida através de um corpus de materiais literários e iconográficos produzidos durante os séculos XIX e XX que pode ser considerado muito razoável, especialmente se comparado com a existência de materiais comparáveis noutras regiões do país ou noutros domínios da atividade humana.

No decurso da minha experiência de trabalho de terreno junto dos pescadores do Litoral Central, a opção de considerar estes materiais (incluindo a literatura de ficção, a pintura, o registo fílmico e a fotografia, jornais e historiografia local, etc.) como uma componente essencial da pesquisa pareceu-me incontornável, já que a interrogação da diferença e da especificidade da ocupação marítima pressupõe necessariamente um olhar sobre

---

1 As notas que então serviram de suporte à minha comunicação estão disponíveis em <http://museumaritimoilhavo.blogspot.pt/2007/11/materialidade-motricidade.html>

as suas origens históricas e sociopolíticas (cf. Pina Cabral e Lima 1996: 14). Assim, todas as fontes suscetíveis de satisfazer a nossa curiosidade, indo ao encontro das necessidades decorrentes das exigências da pesquisa – que sempre se nos impõem a partir da experiência do terreno – são, portanto, parte constitutiva do acervo a identificar e analisar e ao qual a Antropologia Marítima não poderá permanecer indiferente. Aplicar-se-ia talvez neste caso, com toda a propriedade, o preceito popular segundo o qual “tudo o que vem à rede é peixe”, cabendo aos investigadores equacionar a sua própria suscetibilidade à inflação dos imaginários que sempre impregnam o objeto de pesquisa.

Dadas as características naturais e simbólicas das águas do mar (Bachelard 1998), do meio marítimo e das atividades que nele, ou nas suas margens, têm lugar (Corbin 1989; Cabantous 1990), dir-se-ia que nos encontramos, muito claramente, sob o signo da entropia. Desde logo, por um irreduzível sentimento de perda e de ausência de controlo, daí surgindo a necessidade de reequilíbrio, de impulso contrário, por via da produção de ícones redentores – motivo sobre o qual a cultura portuguesa edificou as suas maiores fantasias timóticas (cf. Sloterdijk 2010: 23), tão emblematicamente personificadas na figura do nauta audaz, navegador, marinheiro, arrais, pescador, condutor dos destinos trágicos e heroicos da nação (com todo o impressionante potencial metafórico, liminar e psicopompo, do barco); pela expressão do poder absoluto que o mar tem sobre todos os que com ele se relacionam e dele tiram o sustento, por ser seara e cemitério – poder de vida e de morte e, também, arquétipo da incomensurabilidade, do caos e da imprevisibilidade, com os seus poderosíssimos apelos rítmicos e sinestésicos, escópicos e desejanter (Nunes 2003). Para avaliar as expressões dos imaginários marítimos, convirá termos presente a especificidade portuguesa no que concerne, por exemplo, àqueles tópicos de análise cuja atualidade é mais marcante, pelo sentido de continuidade temporal com que os antropólogos frequentemente gostam de equacionar o seu terreno, destacando-se: a decadência histórica das pescarias motivada pelas alterações na configuração do litoral (o eterno problema do assoreamento...), as constantes queixas de escassez e, last but not least, a tirania fiscal e a má gestão, eterno pathos da pobreza a que sempre parecem condenadas as gentes do mar.

A reportada ausência de que aqui se dá conta exprime também, de alguma forma, uma certa intencionalidade fundadora, cumprindo a função de posicionar o discurso que produzimos num ponto de rutura face a um passado percecionado pelo reconhecimento das suas insuficiências face às nossas necessidades e anseios presentes; e visa afirmar positivamente as temáticas marítimas no âmbito da Antropologia, estabelecendo a reatualização dessa narrativa como um momento de renovação; um início auspicioso para o caminho que queremos percorrer na nossa pesquisa, definindo um programa de investigação concomitante com a exigência de determinar pontos de ancoragem em termos disciplinares, designadamente, pela identificação dos prestigiosos antepassados cujos trabalhos assumiremos como referências fundadoras. No que à minha pesquisa sobre a arte xávega diz respeito (Nunes 2006), os trabalhos de Lacerda Lobo, Jayme Affreixo, Raul Brandão, António Vitorino e Jaime de Magalhães Lima foram, por diferentes razões, absolutamente decisivos – não por conterem grande volume de informação substantiva sobre o objeto de estudo, mas antes porque permitiram pensar esse mesmo objeto num quadro mais alargado, dando-lhe o sentido que ilumina a experiência direta do terreno; experiência que, por sua vez, conduziu também a essas escolhas. Numa perspetiva fenomenológica, “aquilo que sabemos do comportamento social (e mesmo da generalidade dos fenómenos sociais) depende dos métodos usados para o estudar, enquanto que os métodos para o estudar dependem do que sabemos do comportamento social” (Derek Philips, cit. in Ferreira 1986: 172).

O sucesso de uma boa abordagem ao terreno não é compaginável com a fetichização do objetivismo característico da dogmática positivista e do cientismo, mas exige, ao contrário, que reinventemos, a cada etapa, os modos de lidar adequadamente com uma instância reflexiva que nos torne conscientes da nossa própria subjetividade, das nossas limitações, erros de julgamento, enviesamentos de análise, fantasmas, medos, paixões e preferências, etc. Uma vez identificadas estas circunstâncias, inclino-me a pensar que qualquer esforço consequente acabará, fatalmente, por interrogar o sentido político da inserção institucional deste campo disciplinar – a Antropologia – no âmbito do qual a temática marítima se constitui como área de estudos, não podendo alhear-se, tampouco, do contexto social e económico em que se posiciona esse mesmo questionamento,

uma vez que não há conhecimento científico válido que não seja, simultaneamente, conhecimento das suas próprias condições de produção. Não creio ser viável uma História da Cultura em Portugal que não evidencie a especificidade das relações do país e das suas populações com o mar, considerando o seu enquadramento histórico e geográfico e a emergência dos saberes e das práticas que vêm a constituir a disciplina antropológica, tal como sugeri anteriormente, nos termos dos cenários traçados por Rui Ramos (1994) e por João Leal (2000, 2006), daí retirando todas as possíveis consequências. É preciso, portanto, viver o terreno e os processos de construção da pesquisa com a toda plenitude criativa e nunca abdicar de “teorizar a prática”, entre a memória e a intenção.

Na sequência de tudo quanto escrevi até aqui, parece-me particularmente significativo que João Leal, na sua brilhante análise de uma das orientações históricas centrais da Antropologia portuguesa – aquela, justamente, mais «comprometida com a construção de um discurso de características etnogenealógicas» (Leal 2000: 64) – não tenha feito uma referência que me parece reveladora de todo o potencial criador das ausências no domínio disciplinar aqui em causa. Tomando como leitmotiv a alusão de George Stocking à importância, para a Antropologia, dos livros que nunca foram escritos, menciona exemplos de estudos anunciados e nunca realizados, ou concluídos, de Consiglieri Pedroso, Leite de Vasconcelos e Jorge Dias. Confirmando, assim, o sentido da reatualização do mito da ausência, João Leal deixa de fora deste rol o entusiasticamente anunciado, mas nunca concretizado, estudo do jovem Rocha Peixoto sobre os pescadores da sua terra natal, a Póvoa de Varzim (Gonçalves 1990) – facto tanto mais importante se tivermos em atenção que este distinto naturalista e etnógrafo foi pioneiro no estudo da habitação típica do litoral (1899); que influenciou o enormemente relevante trabalho do seu conterrâneo Santos Graça (1992); e que a sua abordagem à materialidade da cultura – inovadora e original, numa época dominada pelo folclore – encontra linhas de continuidade nos trabalhos da escola de Jorge Dias, na qual, é preciso não esquecer, deveremos incluir – para além dos consagrados estudos sobre os Palheiros do Litoral Central Português e sobre as Atividades Agro-Marítimas... – a imensa e valiosa pesquisa de etnografia náutica de Octávio Lixa Filgueiras (cf. Garrido e Alves, 2009).

Identifiquei anteriormente (Nunes 2006) alguns dos motivos maiores do mito arcaísta, sempre pródigo na produção de fantasias suscetíveis de conferir uma identidade étnica e uma psicologia própria às gentes do mar – vestígios de um tempo remoto cujos contornos evidenciam a presença do imaginário da perda, da ausência e da exclusão, sempre conveniente, também, para justificar pelo atavismo as posições sociais de marginalidade e inferioridade. Para além dos temas clássicos do matriarcado e da endogamia, o primitivismo insiste particularmente no facto de os pescadores viverem isolados dos lavradores e da prática da agricultura, o que não parece de todo evidente, existindo fatores históricos estruturais que, de norte a sul do país, mostram exatamente o contrário.

Regressamos aqui à questão central, pois que, por contraste com «a filiação histórica da propriedade rural», na pesca e na navegação, em contrapartida, «são muito mais escassos os testemunhos que nos restam» (Sampaio, 1979: 9), podendo no entanto depreender-se que, pelo menos desde o período romano, «os habitantes das vilas rurais costeiras se entregassem, mais ou menos, a uma pequena cabotagem, à pesca e à extração de sal marinho» (idem: 17). Jaime Cortesão, por seu turno, referiu-se a uma convergência atlântica na constituição do território nacional, sugerindo que «o litoral era durante a Idade Média muito mais articulado: mais vastos e fundos, os estuários permitiam que o mar penetrasse até longe no interior das terras; e a costa desdobrava-se num maior número de abras e portos naturais, favorecendo uns e outros o aumento da população interessada no trabalho e no comércio marítimo» (1978: 231). A opinião contrária, veiculada por Armindo de Sousa quando escreve que «não há nenhuma grande cidade em cima das ondas» (1993: 349), não parece valorizar a importância do Porto e do comércio marítimo na construção da nacionalidade, nem o estatuto de Lisboa como “porta dos oceanos”, pelo lugar estratégico que sempre ocupou na confluência das rotas comerciais que, pelo menos desde a Idade do Bronze, ligam o Mediterrâneo Oriental ao Báltico. Finalmente, é preciso ter presente que os dois tipos de atividade considerados – a agricultura e a pesca – se demarcam naturalmente em função do espaço físico, económico e simbólico a que estão adstritos, convertendo-se sempre as vulnerabilidades em vantagens adaptativas, com momentos e ciclos de desenvolvimento historicamente diferenciados.

Assim, a comparação entre ambas as atividades não deverá subordinar-se à ilusão de um telos resultante de uma mera “escolha racional” que, tendo voltado costas ao mar e privilegiado a terra, pudesse negar a matriz da sua própria condição.

## Bibliografia

BACHELARD, Gaston Bachelard, 1998, *A Água e os Sonhos (1942)*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.

BORGES, Jorge Luís, 1983, "The Unending Gift", *Nova Antologia Pessoal (1968)*, Lisboa, Difel.

CABANTOUS, Alain, 1990, *Le Ciel dans La Mer: Christianisme et Civilization Maritime, XVIe- XIXe Siècle*, Paris, Fayard.

CORBIN, Alain, 1989 (1988), *O Território do Vazio: A Praia e o Imaginário Ocidental*, São Paulo, Companhia das Letras.

CORTESÃO, Jaime, 1978 (1930), *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.

FERREIRA, Virgínia, 1986, "O inquerito por questionário na construção de dados sociológicos", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

FIRTH, Raymond, 1971 (1946), *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd.

GARRIDO, Álvaro e ALVES, Francisco (Coord.), 2009, *Octávio Lixa Filgueiras, Arquitecto de Culturas Marítimas*, Lisboa, Âncora Editora.

GONÇALVES, Flávio, 1990 (1967), «Prefácio», Rocha Peixoto, *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. XV- LVI.

LARAIA, Roque de Barros, 1994 (1993), «Apresentação», Simone Carneiro Maldonado, *Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*, São Paulo, Annablume Editora.

LEAL, João, 2000, *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LEAL, João, 2006, *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições*, Lisboa, Livros Horizonte.

NUNES, Francisco Oneto, 2008, "Introdução" a *Culturas Marítimas em Portugal*, Francisco Oneto Nunes (org), Lisboa, Âncora Editora.

NUNES, Francisco Oneto, 2006, *Hoje por ti, amanhã por mim: a arte xávega no Litoral Central português (tese de doutoramento)*, Lisboa, ISCTE-IUL.

NUNES, Francisco Oneto, 2003, "O Trabalho Faz-se Espectáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar", *Etnográfica*, Vol. VII Nº1, pp.131-158.

PEREIRA, Benjamim, 1965, *Bibliografia Analítica da Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura.

PASCUAL FERNÁNDEZ, José, 1999, «Los Estudios de Antropología de la Pesca en España: Nuevos Problemas, Nuevas Tendencias», *Etnográfica*, vol. III (2), pp. 333-359.

PÉRON, Françoise, 1994, «Fonctions Sociales et Dimensions Subjectives du Littoral», *Études Rurales*, n.º 133-134, «Littoraux en Perspectives», Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

PINA CABRAL, João de, e LIMA, Antónia Pedroso de, 1996, «Prefácio», Paulo Daniel Mendes e Inês Salema de Meneses, *Se o Mar Deixar: Comunidade e Género numa Povoação do Litoral Alentejano*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 13-16.

RAMOS, Rui, 1994, "A Segunda Fundação", José Mátoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.

ROCHA PEIXOTO, António Augusto da, 1990 (1899), "Etnografia Portuguesa: Habitação, Os Palheiros do Litoral", *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 70- 88.

SAMPAIO, Alberto, 1979, *Estudos Históricos e Económicos, II Volume, As Póvoas Marítimas (1923)*, Lisboa, Editorial Vega.

SANTOS GRAÇA, António, 1992 (1932), *O Poveiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

SLOTERDIJK, Peter, 2010, *Cólera e Tempo (2006)*, Lisboa, Relógio D'Água Editores.

SOUSA, Armindo de, 1993, «1325-1480», José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. II: *A Monarquia Feudal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 311- 556.